



CONCURSO PÚBLICO para provimento
de vagas no cargo de



ADVOGADO

PROVA
SO1 - P
MANHÃ

ATENÇÃO:
Verifique se o código da
prova deste caderno de
questões confere com o
seu cartão de respostas



TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE
DO ESCRITOR PARAIBANO JOSÉ LINS DO REGO PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"Se chove, tenho saudades do sol, se faz calor, tenho saudades da chuva."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas.

● ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, E PROVA DISCURSIVA.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	15	2
Administração Pública	10	1
Informática Básica	10	1
Conhecimentos Específicos	25	2

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim

Conhece o vocábulo escardichar? Qual o feminino de cupim? Qual o antônimo de póstumo? Como se chama o natural do Cairo?

O leitor que responder “não sei” a todas estas perguntas não passará provavelmente em nenhuma prova de Português de nenhum concurso oficial. Aliás, se isso pode servir de algum consolo à sua ignorância, receberá um abraço de felicitações deste modesto cronista, seu semelhante e seu irmão.

Porque a verdade é que eu também não sei. Você dirá, meu caro professor de Português, que eu não deveria confessar isso; que é uma vergonha para mim, que vivo de escrever, não conhecer o meu instrumento de trabalho, que é a língua.

Concordo. Confesso que escrevo de palpite, como outras pessoas tocam piano de ouvido. De vez em quando um leitor culto se irrita comigo e me manda um recorte de crônica anotado, apontando erros de Português. Um deles chegou a me passar um telegrama, felicitando-me porque não encontrara, na minha crônica daquele dia, um só erro de Português; acrescentava que eu produzira uma “página de bom vernáculo, exemplar”. Tive vontade de responder: “Mera coincidência” – mas não o fiz para não entristecer o homem.

Espero que uma velhice tranquila – no hospital ou na cadeia, com seus longos ócios – me permita um dia estudar com toda calma a nossa língua, e me penitenciar dos abusos que tenho praticado contra a sua pulcritude. (Sabem qual o superlativo de pulcro? Isto eu sei por acaso: pulquérrimo! Mas não é desanimador saber uma coisa dessas? Que me aconteceria se eu dissesse a uma bela dama: a senhora é pulquérrima? Eu poderia me queixar se o seu marido me descesse a mão?).

[...]

Vários problemas e algumas mulheres já me tiraram o sono, mas não o feminino de cupim. Morrerei sem saber isso. E o pior é que não quero saber; nego-me terminantemente a saber, e, se o senhor é um desses cavalheiros que sabem qual é o feminino de cupim, tenha a bondade de não me cumprimentar.

Por que exigir essas coisas dos candidatos aos nossos cargos públicos? Por que fazer do estudo da língua portuguesa uma série de alçapões e adivinhas, como essas histórias que uma pessoa conta para “pegar” as outras? O habitante do Cairo pode ser cairense, cairei, caireta, cairota ou cairiri – e a única utilidade de saber qual a palavra certa será para decifrar um problema de palavras cruzadas. [...]

No fundo o que esse tipo de gramático deseja é tornar a língua portuguesa odiosa; não alguma

coisa através da qual as pessoas se entendam, mas um instrumento de suplício e de opressão que ele, gramático, aplica sobre nós, os ignaros.

Mas a mim é que não me escardicham assim, sem mais nem menos: não sou fêmea de cupim nem antônimo do póstumo nenhum; e sou cachoeirense, de Cachoeiro, honradamente – de Cachoeiro de Itapemirim! (BRAGA, Rubem. *Nascer no Cairo e ser fêmea de cupim*. Em Carlos Drummond de Andrade e outros. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 2003. v.3. p. 21-22. Coleção Para Gostar de Ler)

Vocabulário:

1. Pulcro: formoso, belo, gentil.
2. Escardichar: remexer, catar, enganar.

Questão 01

Na crônica “Nascer no Cairo, ser fêmea de cupim”, o cronista defende a ideia de que:

- A) é essencial o conhecimento enciclopédico da língua.
- B) a profissão de cronista exige conhecimento linguístico.
- C) o gramático torna acessível a língua portuguesa.
- D) há certos conhecimentos da língua que não têm serventia.
- E) a língua portuguesa se alimenta da opressão dos gramáticos.

Questão 02

Segundo o autor, o que, provavelmente, acontecerá com o leitor que não souber responder às perguntas feitas no primeiro parágrafo?

- A) Atrairá a simpatia de outros leitores que também não sabem as respostas.
- B) Receberá felicitações dos professores de Português.
- C) Perceberá a efemeridade de uma página do bom vernáculo.
- D) Gastará muito tempo decifrando palavras.
- E) Não passará em nenhuma prova de concurso.

Questão 03

Há um momento do texto em que o autor dialoga com um leitor específico. Em que parágrafo isso ocorre?

- A) primeiro.
- B) terceiro.
- C) quarto.
- D) quinto.
- E) oitavo.

Questão 04

Analise as afirmativas a respeito da flexão dos verbos destacados no fragmento a seguir:

“Um deles chegou a me passar um telegrama, felicitando-me porque não ENCONTRARA, na minha crônica daquele dia, um só erro de Português; ACRESCENTAVA que eu PRODUZIRA uma ‘página de bom vernáculo, exemplar’.”

- I. A forma verbal ACRESCENTAVA refere-se a um ato inconcluso, que se prolonga por algum tempo no passado.
- II. Todas as formas verbais destacadas fazem referência a um fato concluído no passado.
- III. ENCONTRARA e PRODUZIRA referem-se a um fato ocorrido no passado, anterior a outro fato também passado.

A alternativa que indica a(s) afirmativa(s) correta(s) é:

- A) somente I e III estão corretas.
- B) somente II e III estão corretas.
- C) somente a III está correta.
- D) somente I e II estão corretas.
- E) somente a I está correta.

Questão 05

De acordo com o contexto, a expressão “descesse a mão” (parágrafo 5) e o vocábulo “pegar” (parágrafo 7) possuem sentido:

- A) denotativo.
- B) informativo.
- C) conotativo.
- D) metalinguístico.
- E) pleonástico.

Questão 06

Leia os trechos a seguir e assinale a alternativa em que, considerando o contexto, estão apresentados os sinônimos adequados e respectivos para as palavras destacadas.

- I. “Aliás, se isso pode servir de algum CONSOLO à sua ignorância [...]”
 - II. “[...] receberá um abraço de felicitações deste MODESTO cronista [...]”
- A) consonância, virtuoso.
 - B) alívio, simples.
 - C) estabilização, despretensioso.
 - D) base, moderado.
 - E) ajuste, parco.

Questão 07

Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado possui valor anafórico.

- A) “[...] eu NÃO deveria confessar isso [...]”
- B) “Um deles chegou a ME passar um telegrama [...]”
- C) “MAS não é desanimador saber uma coisa dessas?”
- D) “Por que exigir ESSAS coisas dos candidatos aos nossos cargos públicos?”
- E) “Isto EU sei por acaso [...]”

Questão 08

No fragmento “MAS não é desanimador saber uma coisa dessas?”, a relação de sentido estabelecida pela conjunção destacada é:

- A) finalidade.
- B) adversidade.
- C) temporalidade.
- D) conformidade.
- E) causalidade.

Questão 09

As palavras estão em constante processo de evolução, o que torna a língua um fenômeno vivo que acompanha o homem. Considerando os processos de formação de palavras, pode-se afirmar que cachoeirense é formada por:

- A) regressão.
- B) justaposição.
- C) prefixação.
- D) sufixação.
- E) aglutinação.

Questão 10

“[...] mas um instrumento de suplício e de opressão que ele, GRAMÁTICO, aplica sobre nós, os IGNAROS.”

Os vocábulos destacados no fragmento acima exercem a função sintática de:

- A) adjunto adnominal.
- B) complemento nominal.
- C) objeto indireto.
- D) vocativo.
- E) aposto.

Questão 11

“Porque a verdade é que eu também não sei.” A respeito desse período, analise as afirmativas a seguir.

- I. O período é composto por coordenação.
- II. O QUE é uma conjunção integrante.
- III. A segunda oração é subordinada substantiva predicativa.

A alternativa que indica apenas a(s) afirmativa(s) correta(s) é:

- A) II
- B) II e III
- C) III
- D) I e III
- E) I

Questão 12

Em todas as frases abaixo, transcritas do texto, as formas verbais destacadas estão flexionadas no mesmo tempo, COM EXCEÇÃO DE:

- A) “CONHECE o vocábulo escardichar?”
- B) “Um deles CHEGOU a me passar um telegrama [...]”
- C) “TIVE vontade de responder [...]”
- D) “[...] mas não o FIZ para não entristecer o homem.”
- E) “[...] algumas mulheres já me TIRARAM o sono [...]”

Questão 13

Em “Que me aconteceria SE eu dissesse a uma bela dama [...]”, o SE, morfologicamente, é:

- A) pronome apassivador.
- B) conjunção integrante.
- C) índice de indeterminação do sujeito.
- D) pronome reflexivo.
- E) conjunção subordinativa condicional.

Questão 14

O uso das aspas em “pegar” indica:

- A) fala do narrador.
- B) criação de expectativa.
- C) deslocamento semântico.
- D) transcrição do discurso do personagem.
- E) mudança de locutor.

Questão 15

Ao se reescrever a frase “[...] outras pessoas tocam PIANO de ouvido.” substituindo a palavra em destaque por um pronome oblíquo, tem-se o seguinte resultado:

- A) ... outras pessoas tocam-LHE de ouvido.
- B) ... outras pessoas LHE tocam de ouvido.
- C) ... outras pessoas tocam-NO de ouvido.
- D) ... outras pessoas tocam-O de ouvido.
- E) ... outras pessoas tocam-LO de ouvido.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 16

Qual das alternativas contém atributos do ato administrativo?

- A) Vinculação e discricionariedade.
- B) Presunção de legitimidade e vinculação.
- C) Discricionariedade e imperatividade.
- D) Imperatividade e autoexecutoriedade.
- E) Autoexecutoriedade e competência.

Questão 17

Qual denominação é utilizada para conceituar a atribuição de que a Administração Pública dispõe para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado?

- A) Poder vinculado.
- B) Poder de Polícia.
- C) Poder regulamentar.
- D) Poder hierárquico.
- E) Poder disciplinar.

Questão 18

O ato pelo qual a Administração Pública delega a prestação de serviço público, a título precário, mediante licitação, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, pode ser definido como:

- A) Concessão.
- B) Autorização.
- C) Permissão.
- D) Concessão de serviço público precedida de execução de obra pública.
- E) Parcerias Público-Privadas (PPP).

Questão 19

Em relação à responsabilidade civil por atos comissivos, é correto afirmar que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros:

- A) nos casos em que os agentes públicos agirem com dolo e culpa.
- B) nos casos em que os agentes públicos agirem com dolo.
- C) nos casos em que os agentes públicos agirem com culpa.
- D) em nenhuma hipótese, uma vez que o agente público, e não as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, é quem responderá pelo prejuízo causado a terceiros.
- E) em todas as hipóteses, independentemente de dolo ou culpa do agente público.

Questão 20

Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, são elementos básicos para investimento em cargo público, EXCETO:

- A) idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.
- B) o gozo dos direitos políticos.
- C) aptidão física e mental.
- D) nacionalidade brasileira.
- E) quitação com as obrigações militares e eleitorais.

Questão 21

A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, recebe o nome de:

- A) recondução.
- B) reintegração.
- C) readaptação.
- D) reversão.
- E) remoção.

Questão 22

A competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa é exclusiva do:

- A) Poder Judiciário.
- B) Senado Federal.
- C) Câmara dos Deputados.
- D) Congresso Nacional.
- E) Poder Executivo que emitiu o ato normativo.

Questão 23

Em relação ao controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:

- A) São integralmente passíveis de controle jurisdicional.
- B) São passíveis de controle jurisdicional quanto à sua conveniência e oportunidade.
- C) São passíveis quanto à sua legalidade, razoabilidade e moralidade.
- D) São passíveis somente quanto à sua eficiência.
- E) Não são passíveis de controle jurisdicional.

Questão 24

O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da sua posse é de:

- A) 3 dias.
- B) 5 dias.
- C) 7 dias.
- D) 10 dias.
- E) 15 dias.

Questão 25

A demissão do servidor público será aplicada nos seguintes casos, EXCETO:

- A) oposição de resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- B) abandono de emprego.
- C) improbidade administrativa.
- D) inassiduidade habitual.
- E) incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.

Questão 26

Existem várias formas de infecção de um computador por códigos maliciosos, uma delas é pela execução de arquivos previamente infectados. Esses arquivos podem ser obtidos de diversas maneiras, EXCETO:

- A) em anexos de mensagens eletrônicas.
- B) via mídias removíveis.
- C) em páginas web.
- D) diretamente de outros computadores, através do compartilhamento de recursos.
- E) via parametrizações inadequadas em sua impressora.

Questão 27

O melhor recurso do aplicativo Microsoft Office Excel 2007 para exibir a curva de projeção de vendas para os próximos seis anos, com base nas informações coletadas no mercado, é a criação de:

- A) tabelas dinâmicas.
- B) tabelas.
- C) hyperlinks.
- D) gráficos.
- E) projetores.

Questão 28

No Windows Internet Explorer 8, a indicação de que uma página está sendo carregada é:

- A) uma imagem em movimento no canto esquerdo da aba ativa.
- B) o cursor no formato de mão.
- C) o cursor no formato de uma seta.
- D) a barra de título com a cor da fonte em azul.
- E) a janela destacada (*highlight*).

Questão 29

Observe abaixo a tela “Salvar como” do Microsoft Office Word 2007.



Sobre essa função, é correto afirmar:

- A) A caixa à esquerda da janela (Documentos recentes, Desktop etc.) exibe tipos de arquivos.
- B) É possível salvar o arquivo como oculto selecionando a opção “ANSI” no campo Codificação.
- C) A expressão *.txt, exibida no campo “Nome do arquivo”, indica que o arquivo será salvo com este nome.
- D) O recurso  atualiza o conteúdo da pasta.
- E) O campo “Salvar em” exibe o nome da pasta na qual o arquivo será salvo.

Questão 30

Considere que a resolução de tela do seu computador seja 800 x 600 e você esteja com dificuldade para ler os textos de um documento em função do tamanho da fonte. Nesse caso, a recomendação é:

- A) alterar a resolução da tela para 1024 x 768.
- B) alterar a resolução da tela para 640 x 480.
- C) aplicar o zoom disponível no Painel de Controle.
- D) remover o redutor de texto da barra de tarefas.
- E) instalar uma placa de vídeo de maior nitidez.

Questão 31

Observe abaixo a imagem parcial da barra exibida na parte inferior do Windows Internet Explorer 8.



A porcentagem 75% indica:

- A) o nível de zoom corrente da página exibida.
- B) o percentual de energia disponível em seu computador.
- C) o custo de processamento para carregamento da página.
- D) o nível de segurança da página acessada.
- E) o percentual de acessos concorrentes à página exibida.

Questão 32

Observe a planilha abaixo criada no Microsoft Office Excel 2007. A fórmula que deve ser utilizada para somar os valores das células A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 é:

	A	B	C
1	1	9	8
2	5	10	7
3	7	11	9
4	8	4	3

- A) =SOMA(A1+B4)
- B) =SOMA(A;B)+SOMA(1:4)
- C) =SOMA(A1:B4)
- D) =A(1:4)+B(1:4)
- E) =A+B(1:4)

Questão 33

No Microsoft Office Word 2007, a tecla ou combinação de teclas de atalho para a função "Substituir" é:

- A) CTRL + S
- B) CTRL + X
- C) F1
- D) CTRL + U
- E) F12

Questão 34

Na web, um endereço de site seguro ou criptografado começa com:

- A) HTTP
- B) HTTPS
- C) WWW
- D) COM
- E) //

Questão 35

A nomenclatura padrão adotada pelos principais aplicativos de correio eletrônico para destinatários em cópia oculta é:

- A) Blind.
- B) Cc.
- C) Cco.
- D) Oculto.
- E) Hide.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 36

"É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação". Segundo a Lei nº 8.666/1993 (dispõe sobre licitação e contratos da Administração Pública), tal assertiva traduz o conceito da seguinte modalidade de licitação:

- A) concurso.
- B) tomada de preços.
- C) leilão.
- D) concorrência.
- E) convite.

Questão 37

Em consonância com a normatização referente à licitação, constitui caso de dispensa:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, independentemente de sua compatibilidade às finalidades do órgão ou entidade.
- C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, admitida a preferência de marca.
- E) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

Questão 38

No que tange à responsabilidade tributária, é correto afirmar:

- A) É pessoalmente responsável o espólio, pelos tributos devidos pelo de *cujus* após a data da abertura da sucessão.
- B) Não se responsabilizam pessoalmente o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- C) Independentemente de disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- D) Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- E) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.

Questão 39

Segundo a normatização tributária, é correto afirmar:

- A) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.
- B) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de recurso de ofício.
- C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de iniciativa de ofício da autoridade administrativa, não havendo outros meios.
- D) É inadmissível o lançamento de ofício no ordenamento jurídico pátrio.
- E) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando é comprovado que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com erro, sendo descabida a revisão de ofício quando a ação resulta de dolo, fraude ou simulação.

Questão 40

Assinale a alternativa correta.

- A) A prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário.
- B) A transação não é considerada modalidade de extinção do crédito tributário.
- C) A compensação é modalidade de suspensão do crédito tributário.
- D) A concessão de medida liminar em mandado de segurança exclui o crédito tributário.
- E) A decisão judicial passada em julgado suspende o crédito tributário.

Questão 41

É correto afirmar:

- A) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- B) O crédito tributário decorre da obrigação principal; porém não possui a mesma natureza desta.
- C) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- D) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
- E) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente os pais, pelos tributos devidos por seus filhos, independentemente de sua idade.

Questão 42

No que tange ao regime jurídico dos contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993), é correto afirmar:

- A) É vedado à Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos.
- B) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- C) É vedado à Administração Pública aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- D) A nulidade do contrato administrativo sempre exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.
- E) É vedado à Administração Pública modificar os contratos administrativos, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

Questão 43

Assinale a alternativa correta.

- A) É vedado promover execução fiscal contra o devedor.
- B) É vedado promover execução fiscal contra o fiador.
- C) A execução fiscal poderá ser promovida contra o espólio.
- D) A execução fiscal poderá ser promovida contra o espólio, mas não contra o devedor.
- E) A execução fiscal não poderá ser promovida contra os sucessores, a qualquer título.

Questão 44

No que tange à Lei nº 6.830/1980 (dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública), assinale a alternativa correta.

- A) A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no Ministério Público Federal.
- B) É dispensável que o Termo de Inscrição de Dívida Ativa contenha a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- C) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, salvo o da falência e do inventário.
- D) O executado será citado para, no prazo de 20 (vinte) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- E) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá oferecer fiança bancária.

Questão 45

O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando:

- A) se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo e fraude, não sendo efetuado nos casos de simulação.
- B) a lei assim o determine.
- C) deva ser apreciado fato conhecido ou provado por ocasião do lançamento anterior.
- D) a revisão do lançamento não pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- E) se comprove falsidade ou erro quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, não sendo efetuado nos casos em que se observa omissão quanto a algum elemento.

Questão 46

Quanto ao Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, é correto afirmar:

- A) Não compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais.
- B) Não compete ao Tribunal de Contas assinar prazo para que o órgão da Administração Pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- C) O Tribunal Pleno é composto por sete Conselheiros.
- D) Não compete ao Tribunal de Contas apurar e decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.
- E) Compete ao Tribunal de Contas encaminhar à Assembleia Legislativa, mensalmente, relatório de suas atividades.

Questão 47

“Deliberar originariamente sobre arguição de impedimento e suspeição.” Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, tal atribuição compete privativamente:

- A) ao chefe de gabinete do Governador do Estado.
- B) ao presidente da Câmara Municipal da capital do Estado.
- C) ao Ministério Público Federal.
- D) ao Tribunal Pleno.
- E) à Assembleia Legislativa.

Questão 48

“Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros”. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, tal atribuição compete:

- A) ao CETRAN.
- B) à Polícia Rodoviária Federal.
- C) ao CONAMA.
- D) ao CONTRAN.
- E) ao Ministério Público.

Questão 49

“Estabelecer as diretrizes do regimento das JARI (Juntas Administrativas de Recursos de Infrações)”. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, tal atribuição compete:

- A) ao CONAMA.
- B) ao Ministério Público Estadual.
- C) às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- D) à Polícia Rodoviária Federal.
- E) ao CONTRAN.

Questão 50

No que tange aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- B) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento não enseja motivo para a rescisão do contrato.
- C) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil não enseja motivo para a rescisão do contrato.
- D) Não é admitida a rescisão do contrato amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, ainda que haja conveniência para a Administração.
- E) A dissolução da sociedade não enseja motivo para a rescisão do contrato.

Questão 51

“É a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.” Segundo o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995), tal assertiva traduz o conceito de:

- A) caducidade.
- B) encampação.
- C) revogação.
- D) anulação.
- E) falência.

Questão 52

“São dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado”. Segundo a normatização orçamentária pátria, tal conceito traduz a classificação de:

- A) investimentos.
- B) inversões financeiras.
- C) transferência de capital.
- D) transferências correntes.
- E) receitas.

Questão 53

“São aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.” Tal assertiva traduz o conceito de:

- A) receitas correntes.
- B) *superavit*.
- C) despesas correntes.
- D) inversões financeiras.
- E) receitas de capital.

Questão 54

No que tange ao estudo da normatização orçamentária brasileira, é correto afirmar:

- A) Os créditos adicionais são as autorizações de despesa já computadas ou suficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- B) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- C) Os créditos adicionais classificam-se em especiais quando destinados a reforço de dotação orçamentária.
- D) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- E) Os créditos adicionais classificam-se em extraordinários quando destinados a reforço de dotação orçamentária.

Questão 55

De acordo com a Lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- A) Negar publicidade aos atos oficiais não pode ser entendido como ato ímprobo.
- B) Não configura ato de improbidade permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- C) Não constitui ato de improbidade perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- D) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- E) Aos agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia é facultado velar pela estrita observância do princípio da legalidade.

Questão 56

“A orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Segundo a normatização previdenciária, tal assertiva compete:

- A) aos Estados.
- B) à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social.
- C) aos Municípios.
- D) somente aos Estados e União, concorrentemente.
- E) à União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego.

Questão 57

Com relação ao instituto da prescrição no Direito Cível pátrio, prescreve-se no prazo de 2 (dois) anos:

- A) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- B) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- C) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- D) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- E) a pretensão de reparação civil.

Questão 58

No tocante à intervenção de terceiros, é correto afirmar:

- A) A denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- B) Não é admissível o chamamento ao processo no ordenamento jurídico brasileiro.
- C) Àquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, é facultado nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
- D) Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação e a oposição, conhecerá àquela em primeiro lugar.
- E) É vedada a denunciação da lide no direito brasileiro.

Questão 59

Assinale a alternativa correta.

- A) Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- B) A Lei Orçamentária Anual não compreenderá o orçamento relativo à seguridade social.
- C) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual.
- D) O Poder Executivo publicará, até noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- E) A Lei Orçamentária Anual não compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Questão 60

Sobre os negócios Jurídicos, assinale a alternativa correta.

- A) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- B) O falso motivo vicia a declaração de vontade independentemente de ser razão determinante do negócio.
- C) O silêncio não deve ser interpretado como anuência em caso algum.
- D) Os negócios jurídicos devem ser interpretados independentemente da boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- E) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

PROVA DISCURSIVA

Redija um texto dissertativo-argumentativo, usando de 25 a 30 linhas, atendendo ao tema proposto.

Galeano, ao conduzir seu carro, sem efetuar o devido licenciamento, teve o veículo apreendido em fiscalização de trânsito realizada por agentes do DETRAN. Após sessenta dias, dirigiu-se ao depósito para retirar seu veículo, onde lhe foram cobrados, além das despesas com diárias de depósito, referente a sessenta dias, o pagamento de suas multas, pois só assim seria expedido o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e o carro liberado.

Irresignado, Galeano protocolou, junto à Diretoria de Operações do DETRAN, petição questionando a legalidade da cobrança do pagamento das despesas de depósito pelos sessenta dias de apreensão. Alegou ainda, a indevida vinculação da liberação do veículo, ao prévio pagamento das multas, por entender tratar-se de verdadeira cobrança coercitiva, que somente poderia ser desenvolvida pelo Poder Judiciário. Por fim, fundamentou seu pedido no Enunciado nº 127 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: “É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.” (14/03/1995 – DJ 23.03.1995).

O Diretor de Operações encaminhou a petição de Galeano à Assessoria Jurídica do DETRAN para análise e manifestação sobre os aspectos jurídicos apresentados. Como Assessor Jurídico do referido órgão, manifeste-se sobre a petição de Galeano, de forma fundamentada.

RASCUNHO